

## Programa Restauração de Acervos e convênio com a Escola de Belas Artes garantem restauro de 40 peças neste ano

\_\_\_\_\_ Páginas 10 e 11



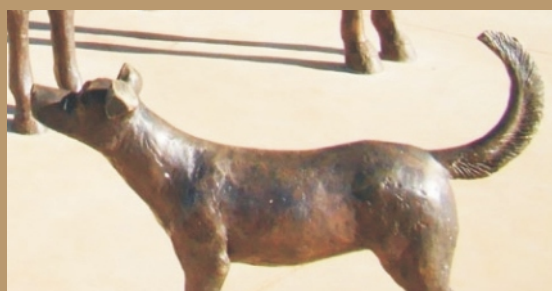
Acervo Iepha/MG

Iepha vai acompanhar trabalho de restauração de 21 peças pelos especialistas do Cecor, além de recuperar outras 19 imagens sacras em seu ateliê



PEQUENOS OLHARES  
SOBRE O PATRIMÔNIO

Você conhece?



\_\_\_\_\_ Confira na página 08

Jornada Mineira do Patrimônio Cultural  
passa a ser bienal

\_\_\_\_\_ Página 03

Criado Fórum Nacional das Instituições  
Estaduais de Preservação do Patrimônio

\_\_\_\_\_ Páginas 04 e 05

Entrevista: Promotor Marcos Paulo Miranda  
fala sobre os desafios da proteção ao patrimônio

\_\_\_\_\_ Páginas 06 e 07

**Impresso  
Especial**

7397091256-DR/MG  
IEPHA/MG

...CORREIOS...



## Palavra do Presidente

fernando.cabral@iepha.mg.gov.br

A ideia do I Encontro Nacional das Instituições Estaduais de Preservação do Patrimônio Cultural – que é assunto de matéria nas páginas 04 e 05 – nasceu aqui no Iepha, quando observamos que não havia nenhuma articulação entre os institutos de preservação cultural dos estados. Tomamos a iniciativa de convidar vários estados e aqui vieram representantes de Espírito Santo, Bahia e Pernambuco.

Fizemos uma reunião com pauta livre, onde cada um expôs sua realidade. Ao final, frente às precariedades de todos, constatamos que a articulação/união entre todas as instituições seria a melhor estratégia para nos fortalecer. A partir daí, tivemos nova reunião em Salvador, quando confirmamos a realização do encontro. A seguir, foi feita nova rodada de conversas em Recife, para fechamento da programação do evento.

Os nossos esforços foram compensados. Além do presidente do Iphan, ao encontro compareceram 14 estados. Houve dirigente que foi por conta própria, porque sua instituição não tinha orçamento para custeio das despesas de viagem.

Mesmo assim, estamos convictos de que acertamos o caminho. As precariedades e fragilidades apresentadas ficam maiores sem um espaço que possibilite suprir a carência de troca de experiências. Segundo relato do pessoal mais antigo no campo da preservação cultural, essa aproximação foi algo inédito, na forma e nos resultados. A importante presença do Iphan resultou na discussão, com todas as instituições, a respeito do sistema de proteção ao patrimônio. Além disso, o presidente, sr. Luiz Fernando de Almeida, se comprometeu a fortalecer sua atuação junto aos estados. Foi elaborado documento intitulado Carta do Recife, que traz a sugestão da criação do IPI Cultural, para que o Governo Federal faça com os estados uma pontuação da mesma maneira que Minas faz com os municípios no ICMS Cultural. Esta prática, que já é um destaque, acabou se tornando meta para todos os estados participantes.

Outro tema abordado foi a criação da lei estadual de patrimônio cultural – cuja proposta o governador de Minas Gerais já encampou – e deverá ser implantada, com as devidas especificidades, em cada estado. Nas discussões sobre o problema dos baixos salários, constatou-se que é a realidade em todas as instituições. Foi visto que não adianta fazer concursos, porque os salários do mercado estão muito acima dos valores que cada estado pode pagar. Ainda foi discutida a questão da especulação imobiliária, do vandalismo, do furto de obras de arte e da mineração, que não é específica só em Minas. Assim como a mineração, uma grande indústria, que chega a um local que tenha patrimônio cultural, acaba causando algum dano ou impacto cultural.

Ao final do encontro, foi aprovada a criação do Fórum Nacional das Instituições Estaduais de Preservação Cultural, que teve a honra de ser indicado presidente. A Carta, em breve, será apresentada ao governador Anastasia, e depois à secretária de Cultura e publicizada nos demais estados. Também ficou acertado que faremos uma visita ao secretário de Cultura do Distrito Federal – que preside o Fórum Nacional dos Secretários – para tentar espaço na agenda da sua próxima reunião para expormos nossas deliberações. A ideia é buscarmos realizar nosso próximo encontro paralelamente ao Fórum dos Secretários Estaduais de Cultura.

Continuamos firmes nos nossos propósitos e nossos melhores esforços estão sendo despendidos para que eles sejam alcançados.

Fernando Viana Cabral  
Presidente

## Peças Desaparecidas

As três imagens de Nossa Senhora da Conceição pertencem ao Museu de Arte Sacra Dom José Medeiros Leite, em Oliveira. Elas foram furtadas junto a outras 36 peças, entre os dias 22 e 24 de janeiro de 1994, e ainda não foram encontradas.



A imagem A é presumidamente do século XVIII ou XIX, feita em madeira policromada dourada, e tem como referência apenas sua altura, de 25 cm. A imagem B é do século XVIII, também em madeira policromada dourada, e altura de cerca de 22 cm. Já a imagem C é do século XIX, em madeira esculpida policromada, e tem altura de 26 cm.

Informações pelo telefone (31) 3235-2800 ou pelo faleconosco no site do Iepha/MG.

## Expediente

### GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador: Antônio Augusto Anastasia

Vice-governador: Alberto Pinto Coelho

### SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Secretária: Eliane Parreiras

Secretária adjunta: Maria Olívia de Castro e Oliveira

### INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Presidente: Fernando Viana Cabral

Vice-presidente: Pedrosvaldo Caram Santos

Chefe de Gabinete: Danielle Faria

Diretor de Conservação e Restauro: Renato César J. de Souza

Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças: Dirceu Alves Jacome Júnior

Diretora de Proteção e Memória: Angela Maria Ferreira

Diretora de Promoção: Marília Palhares Machado

### BEM INFORMADO – INFORMATIVO DO IEPHA/MG

Textos e edição: Beatriz Teixeira de Salles (MG 03802JP)

Textos: Érika Santos (MG 012987JP), Ludymila Toledo (MG 11656JP)

Diagramação: Pablo do Prado Soares

Fotos: Izabel Chumbinho

Impressão em papel Reciclato 90g/m<sup>2</sup>

Tiragem: 2.600 exemplares – Periodicidade: mensal

Impressão e acabamento: Rona Editora



CULTURA

Praça da Liberdade, s/nº – 4º andar | CEP: 30140-010 Belo Horizonte – MG

Tel: 31 3235.2800 | Fax: 31 3235.2858 | [www.iepha.mg.gov.br](http://www.iepha.mg.gov.br)

Envie sua sugestão para: [jornal@iepha.mg.gov.br](mailto:jornal@iepha.mg.gov.br)

# Jornada Mineira do Patrimônio Cultural será bienal

**T**endo em vista a vigência do calendário eleitoral nos anos pares (com a realização de eleições para o Executivo e Legislativo, ora municipais, ora estaduais e federais) e as implicações impostas pela legislação para o período, a Jornada Mineira do Patrimônio Cultural passa a ser realizada bienalmente.

Sem prejuízo do objetivo do programa – que é a valorização e a celebração do patrimônio cultural em todo o Estado de Minas Gerais –, a Jornada passa então a ser realizada sempre nos anos ímpares. Nos anos pares, em setembro, mês de aniversário do Iepha, nosso patrimônio cultural será festejado, porém por meio de eventos técnicos e culturais promovidos e organizados pelo próprio Instituto.

Vale lembrar que, com relação à pontuação dos municípios participantes da Jornada no ICMS Patrimônio Cultural, a minuta de

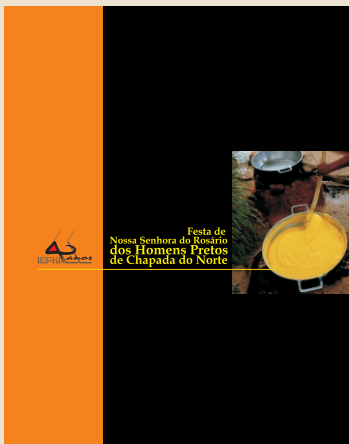
aprimoramento da deliberação para o repasse, em análise pelo Conep (leia na matéria abaixo), estabelecerá novas regras para o critério.



**Sobre o evento:** A Jornada Mineira do Patrimônio Cultural é um projeto desenvolvido pelo Iepha desde o ano de 2009. Teve inspiração inicial na experiência francesa das *Journées du Patrimoine*, evento cultural realizado naquele país desde 1984. Sua finalidade é valorizar e compartilhar a memória e o patrimônio, junto a toda comunidade.

Em Minas, a Jornada acontece durante todo o mês de setembro. Em suas três primeiras edições, movimentou centenas de prefeituras e instituições culturais, que prepararam milhares de eventos, incluindo apresentações de dança, teatro, cursos, oficinas, exposições, encontros de grupos de cultura popular, ações de educação patrimonial e visitas guiadas a bens culturais, dentre tantas outras modalidades.

## Registro da Festa de Chapada do Norte e ICMS foram pauta no Conep



**O**s integrantes do Conselho Estadual de Patrimônio Cultural (Conep) realizaram, no dia 10 de maio, sua primeira reunião extraordinária deste ano. No encontro, presidido pela secretária adjunta de Cultura, Maria Olívia de Castro e Oliveira, foi apresentado o estudo para registro da Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Chapada do Norte como patrimônio imaterial de Minas. Para analisar o processo, foi

escolhido para parecerista o conselheiro José Newton Coelho Meneses.

Segundo os estudos realizados pela Gerência de Patrimônio Imaterial do Iepha, a tradicional festa reúne milhares de pessoas, em rituais, shows, festejos e celebrações que se mantêm desde o século XVIII. A festança começa com a Quinta-feira do Angu e termina com a Missa da Posse, com diversos eventos nos dias de sua duração. O material produzido pelo Iepha está disponível, online, no site do instituto, no menu “publicações”.

Na reunião, os conselheiros também conheceram e receberam cópia da minuta de aprimoramento da Deliberação Normativa Conep nº1/2011, para o ICMS Patrimônio Cultural. Uma breve apresentação foi feita pela diretora de Promoção do Iepha, Marília Palhares Machado (foto), que ressaltou que



as propostas de mudança partiram da observação de incompreensões por parte dos municípios em relação a alguns pontos da deliberação. O aprimoramento das regras também prevê a simplificação da documentação apresentada.

Entre as principais alterações, destacam-se a mudança da data de entrega da documentação, que passa a ser 07 de dezembro, e do ponto que até então era distribuído anualmente aos municípios participantes da Jornada Mineira do Patrimônio Cultural e agora será redistribuído por outras ações desenvolvidas nos anos em que a iniciativa não for realizada.

Para este item da pauta, foi escolhido relator o conselheiro Marco Antônio Pepino, que dará seu parecer na próxima reunião, ainda com data a ser definida.

# Criado o Fórum Nacional de Instituições Estaduais de Preservação do Patrimônio Cultural



Divulgação Fundarpe

^ Diretora da Fundarpe, Célia Campos; diretor do Ipac/BA, Frederico Mendonça; presidente da Fundarpe, Severino Pessoa; presidente do Iepha, Fernando Cabral; e representante do Iphan em Pernambuco, Frederico Almeida

O principal resultado do I Encontro Nacional das Instituições Estaduais de Preservação do Patrimônio Cultural – realizado no Recife, entre os dias 24 e 26 de abril – foi a criação do Fórum Nacional das Instituições Estaduais de Preservação do Patrimônio Cultural; de caráter permanente, e que tem sua primeira reunião prevista para o início do segundo semestre próximo. Documento elaborado em conjunto, ao final do encontro, a Carta do Recife explicita o objetivo de se construir uma rede entre esses institutos, e faz considerações, recomendações e proposições relacionadas à atuação dos órgãos e à política pública de preservação. Educação, transversalidade, exigência de uma nova postura, recomendações acerca de elaboração de novas leis e distribuição de recursos foram algumas das questões pactuadas.

O Iepha foi representado por seu presidente, Fernando Cabral, um dos idealizadores do encontro, e seu vice-presidente, Pedrosvaldo Caram Santos. Além do presidente nacional do Iphan, Luiz Fernando de Almeida, também fizeram parte das discussões representantes de outros 13 estados brasileiros: Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Sergipe.

A iniciativa do Encontro do Recife foi resultado de uma ação conjunta entre o Iepha/MG, o Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac) e da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe). Os primeiros diálogos aconteceram em outubro de 2011, quando Fernando Cabral convidou representantes de institutos de preservação de outros estados para virem ao Iepha, em busca de uma aproximação para troca de experiências e compartilhamento de desafios. No mês de novembro, em nova reunião em Salvador, o comitê de organização do encontro foi formado.

Escolhido presidente do Fórum Nacional das Instituições Estaduais de Preservação, Fernando Cabral lembra que o cenário era de completa ausência de articulação entre os órgãos e, numa área tão carente de recursos e apoios, a troca de experiências pode apontar saídas valiosas. Daí o principal objetivo do encontro ter sido o fortalecimento das instituições por meio do conhecimento e

da integração entre suas políticas de preservação, identificando os pontos de convergência e especificidades nas estruturas e problemas e constituir uma rede permanente de informações.

A Carta do Recife será encaminhada pelos participantes do encontro aos secretários estaduais de cultura e pretende-se também divulgá-la junto às autoridades municipais e federais ligadas ao setor de patrimônio cultural.

A Carta do Recife, que publicamos na página ao lado, foi assinada pelos representantes dos estados participantes do encontro. Confira:

**Adriana Guimarães Duarte** – Assessora especial da diretora do Pro-Memória Secult – Alagoas  
**Andréa Marques Dal Grande** – Diretora de Preservação do Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura – Santa Catarina

**Deolinda Conceição Taveira Moreira** – Superintendente da Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Estado da Cultura de Goiás

**Fernando Viana Cabral** – Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

**Frederico Augusto Rodrigues da Costa de Mendonça** – Diretor geral do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia

**Francisco Otávio de Menezes** – Coordenador de Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará

**Iran Lima de Souza** – Gerente de Projetos e gestor de Pontos de Cultura – Secretaria de Estado da Cultura do Amapá

**José Delvinei dos Santos** – Subsecretário do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal

**José Moraes Júnior** – Superintendente da Superintendência de Patrimônio Cultural do Estado do Maranhão

**Luana Cibelle de Oliveira Costa** – Subcoordenadora do Patrimônio Arquitetônico da Fundação José Augusto – Rio Grande do Norte

**Marco Antônio Farias Coutinho** – Diretor executivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba

**Rosina Coeli Alice Parchen** – Coordenadora do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná

**Sandra Regina de Sena Santos** – Diretora da Subsecretaria de Patrimônio Histórico e Cultural da Casa Civil do Estado do Sergipe

**Severino Pessoa** – Presidente da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco

# Carta do Recife

## 1º Encontro Nacional de Instituições Estaduais de Preservação do Patrimônio Cultural

Recife – PE, 24 a 26 de abril de 2012

Aos 26 dias do mês de abril de 2012, representantes de 14 instituições estaduais brasileiras, responsáveis pela preservação do patrimônio cultural, reunidos no Recife/PE, a seguir subscritas, resolvem criar o Fórum Nacional de Instituições Estaduais de Preservação do Patrimônio Cultural, que faz as seguintes considerações e recomendações:

### Considerações

A defesa do patrimônio cultural brasileiro tem seu marco com o Decreto nº 25/37 e a criação do SPHAN. Foi reforçada com a criação de instituições estaduais voltadas à sua preservação, sobretudo, desde a década de 1960.

A Constituição Brasileira de 1988 amplia o arco de temas compreendidos como patrimônio nacional e configura novas e mais complexas atribuições para os órgãos de preservação.

Neste início do Século XXI, o crescimento urbano e o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e de relações comerciais entre os agentes sociais e econômicos geram novas demandas e posturas na gestão do patrimônio. Este constitui, cada vez mais, um suporte fundamental para diversas políticas públicas, com destaque para o desenvolvimento urbano, o turismo, o meio ambiente e as práticas educativas.

A sociedade contemporânea destaca a economia da cultura como instrumento de desenvolvimento social e econômico e o patrimônio cultural brasileiro assume, nesse contexto, um relevante papel.

Há muitos conflitos de interesses para garantir os efeitos legais dos instrumentos indicados na Constituição Federal. Os órgãos estaduais de preservação encontram-se fragilizados. Os recursos humanos, financeiros e materiais não são suficientes para o cumprimento da sua missão.

É por meio da cultura e da preservação dos seus suportes físicos e simbólicos que serão consolidadas as referências de identidade, ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Além disso, como condição de garantir a sua preservação, a sociedade de consumo e do espetáculo exige uma nova postura para a gestão do patrimônio cultural.

A gestão para a preservação do patrimônio cultural deve ser articulada e funcionar em rede para potencializar resultados. Portanto, é necessária a aproximação do setor da cultura com outras políticas públicas: todas são direito do cidadão, todas são legítimas.

Nesse contexto, a educação pode e deve dar maior contribuição para a preservação do patrimônio cultural. A sociedade civil precisa e deve se envolver.

### Recomendações:

- 1 – Fortalecer as instituições estaduais e do Distrito Federal (DF) de preservação do patrimônio cultural, com previsão de instrumentos legais de salvaguarda, conferindo-lhes poder de polícia, de fato e de direito, autonomia administrativa, orçamentária e financeira, competência para cobrar pelos seus serviços (certidões, atestados, pareceres, licenças, aprovação de projetos, taxas de fiscalização etc.), para fixar multas por infrações cometidas contra o patrimônio cultural e firmar Termos de Ajuste de Conduta (TACs) administrativos;
- 2 – Fortalecer e consolidar o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural;
- 3 – Estimular os Estados e o DF a criar lei semelhante àquela que implantou o ICMS Cultural no Estado de Minas Gerais;
- 4 – Estimular a elaboração de leis que regulamentem a previsão orçamentária nos Estados e no DF de um percentual dirigido para preservação dos respectivos patrimônios culturais;
- 5 – Estimular que cada município detentor de significativo número de bens tombados disponha de Plano Diretor e que este contenha mecanismos compensatórios, tais como a Transferência do Direito de Construir – TDC – para os imóveis protegidos ou a isenção de IPTU /ou ITBI para os mesmos, quando em comprovado bom estado de conservação;
- 6 – Estruturar os Estados e o DF, com vistas a integrar o Cadastro Nacional de Bens Protegidos Desaparecidos;
- 7 – Sensibilizar os órgãos de segurança, nas três instâncias federativas a demonstrar igual atenção a qualquer bem protegido, seja ele federal, estadual ou municipal;
- 8 – Firmar parcerias com o Ministério Público dos Estados e da União;
- 9 – Firmar parcerias com as secretarias estaduais e municipais de educação, de modo a tratar a Educação Patrimonial como tema transversal em seus conteúdos curriculares, capacitando os professores das redes públicas de ensino;
- 10 – Firmar parcerias com os CREAs e os CAUs;
- 11 – Pleitear a criação de taxa para preservação do patrimônio cultural, a ser cobrada na rede hoteleira, nos mesmos moldes da taxa de turismo, a ser destinada para uso exclusivo na preservação do patrimônio cultural;
- 12 – Garantir e ampliar o acesso, por parte dos proprietários de bens culturais protegidos, aos recursos dos fundos estaduais de cultura;
- 13 – Estimular a criação de mecanismos de financiamento específicos para a intervenção no patrimônio edificado tombado junto a agências de fomento.

Recife – PE, 26 de abril de 2012

# Em defesa do patrimônio cult

Divulgação MPMG



**A** frente da Coordenadoria das Promotorias Estaduais de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais, Marcos Paulo de Souza Miranda é um dos personagens mais atuantes na defesa do patrimônio no estado. Em entrevista ao Bem Informado, ele fala sobre a atuação do Ministério Público Estadual e o fortalecimento de parcerias, além da necessidade de políticas públicas cada vez mais dirigidas à proteção anterior ao dano.

**No final de abril, foi realizado em Recife o 1º Encontro Nacional das Instituições Estaduais de Preservação do Patrimônio Cultural. Como o senhor vê a iniciativa e que tipo de frutos acredita que ela possa render?**

Vejo com muito bons olhos esse tipo de articulação interinstitucional. O Brasil é um país plural, com realidades, visões e formas de atuar muito diferentes permeando o funcionamento das diversas instituições incumbidas da tutela do nosso patrimônio cultural. Nesse cenário, a troca de experiências, com a divulgação dos bons exemplos de atuação em âmbito nacional, constitui um importante fator de agregação e fortalecimento das políticas de defesa do patrimônio cultural. E o Iepha tem tudo para ocupar lugar de destaque em âmbito nacional.

**Há algum tempo a Coordenadoria de Patrimônio Cultural do Ministério Público Estadual participa das reuniões do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (Conep). Como tem sido esta experiência?**

Fomos convidados a participar das reuniões do Conep, representando o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por iniciativa do então secretário de Cultura Washington Mello, o que muito nos honrou. A experiência tem sido muito gratificante e creio ser de fundamental importância para o sucesso das políticas de defesa do patrimônio cultural esse debate democrático, aberto, plural, onde as diversas posições são ouvidas e consideradas. O Conep é um espaço promissor, no que tange à tutela mais efetiva e participativa de nossos bens culturais, e sempre estaremos presentes dando nossa contribuição, com absoluto respeito por eventuais posições divergentes.

**Em 2009, o MPMG recebeu o prêmio Rodrigo Melo Franco pela iniciativa na recuperação de bens culturais desaparecidos. De lá para cá, o que temos de positivo, e como anda o trabalho?**

Esse é um trabalho que não tem fim. Pelas peculiaridades do nosso Estado, sempre estaremos nos deparando com essa problemática. As dificuldades e os desafios ainda são muitos, mas creio que, ao menos, já atingimos o patamar da conscientização da importância de enfrentá-los com racionalidade e cooperação. Estamos colhendo os primeiros frutos do Projeto Igreja Segura, que lançamos em parceria com o Iepha, Iphan, Crea, Corpo de Bombeiros e Arquidioceses de Belo Horizonte e Mariana, há mais de dois anos: dois templos selecionados (situados em Ravena – Sabará e Alto Maranhão – Congonhas) em breve estarão novamente abertos, incorporando um novo conceito de gestão do patrimônio cultural sacro. É o começo de uma mudança, espero.

**Nos últimos meses, a coordenadoria tem sido muito bem sucedida na assinatura de uma série de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) para a restauração e preservação do patrimônio mineiro. Em que medida esses TACs são uma boa alternativa para entraves à questão do patrimônio, como a falta de recursos?**

Infelizmente, os investimentos governamentais na preservação e promoção de nossos bens culturais ainda são muito tímidos e insuficientes. O Ministério Público, ante a possibilidade do ajuste de condutas com degradadores do meio ambiente e do patrimônio cultural, tem por lógica reverter as medidas compensatórias em benefício dos municípios que foram atingidos. Mas esse tipo de ação é uma medida excepcional, que não pode ser vista como substitutiva da obrigação do Poder Executivo cumprir suas obrigações constitucionais. Além do mais, sempre que há uma medida compensatória é porque tivemos um dano precedente, o que não é desejável em uma área em que a prevenção deve ser o objetivo principal.

**Os TACs são um instrumento de caráter compensatório ou punitivo. Além deles, de que outra medida o MPMG ou o Estado podem lançar mão em prol de uma ação mais efetiva por parte das empresas ou dos municípios?**

Não podemos confundir a atuação do Ministério Público com o desenvolvimento de políticas públicas que são próprias do Poder Executivo. A celebração de TACs evidencia que houve algo de equivocado realizado precedentemente e não podemos transformar esse instrumento em um substitutivo do aporte de recursos que deve ser efetivado pela administração pública. Aliás, costumo dizer que, quando o Ministério Público tem muito destaque em determinada área, é porque algo não está funcionando bem. Nossa atuação deve ser subsidiária e não temos qualquer pretensão de substituir aqueles que têm o dever de serem os verdadeiros protagonistas das políticas de proteção e preservação do patrimônio cultural.

**O tombamento de núcleos históricos costuma vir com certa dose de polêmica. Como o MP entende este tipo de proteção?**

Toda ação determinante de uma mudança de comportamento tende a ser, em um primeiro momento, resistida e combatida. Por isso a polêmica é normal nesses casos e faz parte da natureza humana. O que penso é que não basta apenas tomba. Junto com o tombamento é preciso que venham projetos consistentes de educação patrimonial, de fiscalização preventiva, de orientação aos proprietários e, sempre que possível, de contrapartidas estatais, como a isenção de IPTU, elaboração de projetos gratuitos, etc. Tenho mais de dez anos de atuação na área e acompanhei, por exemplo, todo o processo de tombamento estadual do núcleo histórico de Pitangui, onde, no início, houve uma grande resistência. Lembro-me do péssimo estado de conservação

# Patrimônio cultural mineiro

de prédios importantíssimos como o da Santa Casa e o do Monsenhor Vicente. No último final de semana, Pitangui ocupou página inteira no Caderno de Turismo do Jornal Estado de Minas e aqueles bens são hoje considerados atrativos turísticos locais. Sinal de que tudo tem seu tempo.

**Outra questão delicada relativa à preservação do patrimônio é a do licenciamento ambiental, principalmente, em nosso estado, em função das mineradoras. Como trabalhar entre as pressões da atividade econômica e a necessidade de preservação?**

Precisamos mesmo encontrar um ponto de maior equilíbrio. Minas tem seu patrimônio cultural (sítios arqueológicos, espeleológicos, paisagísticos etc) sendo destruído há séculos pela mineração, sem qualquer contrapartida. O licenciamento ambiental, desde a Resolução Conama 01/86, deveria estar contemplando esse aspecto, mas, somente em período recente, com a cobrança do Ministério Público, isso começou a ocorrer em Minas Gerais. Lamento que, para alguns, simplesmente cumprir o que manda a lei seja considerado como algo excessivo. Chamo também a atenção para a necessidade dos órgãos ambientais contarem com profissionais habilitados na área do patrimônio cultural em seus corpos técnicos. É preciso fazer com que os bônus decorrentes das atividades econômicas repercutam positivamente em benefícios de bens de interesse coletivo. A sociedade mineira não pode arcar solitariamente com os ônus dessa atividade sabidamente degradadora. Ademais disso, é preciso compreender que temos locais que, pela sua relevância paisagística, ambiental e cultural, não podem ser convertidos em matéria-prima. Alguém tem dúvida de que destruir o Morro do Engenho, moldura natural dos Profetas do Aleijadinho, é atentar contra o patrimônio cultural da humanidade?

**A preservação de bens culturais exige, muitas vezes, cuidados ou atenções especiais. Já houve casos em que eventos mal planejados trouxeram danos ao patrimônio. Como delinear o limite do cuidado na preservação sem que seja cerceado o direito da população em usufruir livremente o espaço público?**

Trata-se de uma questão de extrema relevância. É preciso compreender que o patrimônio cultural é uma herança que recebemos de nossos antepassados e que temos o dever de transmitir às gerações vindouras. Por isso, qualquer atividade que possa colocar em risco nossos bens culturais deve ser evitada. No caso de dúvida, o patrimônio cultural é o bem que deve ser protegido. Qualquer evento que possa colocar em risco os bens culturais precisa contar com estrutura suficiente para se evitar danos. Em caso contrário, não deve ser realizado.

**Graças a um acordo mediado pelo Ministério Público, o Iepha recebeu recentemente uma verba que possibilitou que o Instituto se equipasse, adquirindo carros, computadores e outros instrumentos fundamentais a seu trabalho. Como foi desenhado este termo?**

O Iepha tem se mostrado um grande parceiro do Ministério Público Estadual, colaborando de maneira decisiva, mediante a produção de laudos, notas técnicas, perícias, para que possamos desempenhar a contento nossa missão constitucional. Recentemente, tivemos a oportunidade de destinar recursos significativos, a título de medida compensatória, para o fortalecimento da estrutura estadual de proteção ao nosso patrimônio cultural. Não tivemos dúvida em apoiar um projeto do Iepha, que nos foi apresentado pelo dr. Fernando Cabral, que permitirá robustecermos a atuação estadual na área. Sai ganhando o povo de Minas Gerais.

**A atual gestão estabeleceu entre suas prioridades o estreitamento da parceria com o Ministério Público. Que tipo de resultados Minas Gerais pode esperar desta maior articulação entre os órgãos?**

Fiquei muito satisfeito ao saber dessa meta do Iepha. A postura do Ministério Público Estadual sempre foi de parceria e abertura para trabalhos conjuntos, desde que pautados pelo respeito mútuo e pela legalidade. Percebo que alcançamos um patamar de relacionamento maduro, cooperativo e sincero na atual gestão do Iepha. As dificuldades são muitas, mas com essa interlocução saudável e propositiva, creio que podemos avançar bastante.



Arquivo Iepha/IMG

^ Fazenda dos Martins, em Brumadinho, será restaurada com recursos do TAC



## PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO

### Portal Grande Sertão – Cordisburgo

O pequeno olhar desta edição está em Cordisburgo, terra natal do escritor Guimarães Rosa. Foi exatamente em homenagem a seu mais ilustre cidadão que, em 2010, a cidade comemorou a inauguração do Portal Grande Sertão. São oito figuras em bronze, em tamanho natural, que retratam o escritor saudando seis vaqueiros, a cavalo, acompanhados de um cachorro. Foram utilizados 3.500 quilos de bronze para confecção do grupo de personagens, que recriam o sentimento do sertão e seus cenários tão presentes em todo o trabalho do autor e, em especial, em sua obra mais importante; *Grande Sertão: Veredas*.

O conjunto, realizado com recursos do Governo de Minas, via Secretaria de Estado de Cultura, foi instalado na Praça Miguilim, próxima à casa onde nasceu o escritor, e faz parte do acervo do Museu Casa Guimarães Rosa – unidade vinculada à Superintendência de Museus do Estado de Minas.



Acervo Iepha/MG

Em 2008, ano do centenário de nascimento de Rosa, a ideia para o grupo, emoldurado por um pórtico, começou a ser criada pelo artista plástico mineiro Leo Santana; autor de 15 monumentos públicos em cinco cidades brasileiras e em Washington (EUA). Em Belo Horizonte, são dele, por exemplo, os conjuntos *Encontro Mercado* (ou *Quatro Cavaleiros do Apocalipse*), localizado em frente à Biblioteca Estadual Luiz de Bessa, e o trio formado por Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e Teotônio Vilela, na Praça da Assembleia. Outra obra de destaque do artista é o monumento ao poeta Carlos Drummond de Andrade, uma das atrações turísticas mais famosas do calçadão de Copacabana, no Rio de Janeiro.



## BLOCO DE NOTAS



Foto: Jomar Bragança

### Palácio terá Manual de Conservação

O Iepha assinou, no último dia 14 de maio, a ordem de início para o contrato de conservação e manutenção preventiva do Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte. Pelo prazo de um ano, uma empresa especializada fica responsável pela realização periódica de serviços para sanar danos causados pelo uso e desgaste natural dos materiais, evitando trabalhos mais radicais de restauração.

Até setembro próximo, a empresa contratada terá ainda que elaborar um manual de procedimentos para uso e conservação da edificação, e promover o treinamento dos funcionários responsáveis pela manutenção geral e limpeza da edificação.



Acervo Iepha/MG

### Trabalho conjunto estuda complexo de ruínas

Um trabalho conjunto levou a campo equipes das três gerências da Diretoria de Proteção e Memória do Iepha, em abril. Em Belo Vale, técnicos das áreas de Identificação, Patrimônio Material e Patrimônio Imaterial deram início a um levantamento que, juntamente à pesquisa paralela, deverá subsidiar o recém-aberto processo de tombamento de um complexo de ruínas na região.

De acordo com a gerente de Patrimônio Material, Rosana Marques, a proposta inicial para o tombamento das ruínas da Fazenda Casas Velhas e Chacrinha deverá ser estendida a todo um complexo, abarcando pelo menos três municípios. Rosana conta que há uma pesquisa muito bem estruturada e bastante avançada sendo realizada na UFMG pelo arqueólogo Carlos Magno e que caminha no mesmo sentido de um estudo realizado, na década de 80, pelo Iepha em torno de ruínas setecentistas em Minas. “Essas ruínas não podem ser vistas isoladamente, estão definitivamente dentro de algo muito maior”.

Segundo a gerente, a ideia é buscar um convênio com a UFMG para viabilizar um grande projeto de tombamento que contemple todo este complexo arqueológico, preservando a memória destes antigos núcleos e de suas comunidades. “Por isso esta integração das gerências, com a realização do inventário e do levantamento que dê conta também do ponto de vista do imaterial no processo, uma vez que há comunidades negras e quilombolas ligadas a algumas destas áreas”, conclui.

# Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e Capela do Bom Jesus do Matozinhos – Couto de Magalhães de Minas

Fotos: Acervo Iepha/IMG



O pequeno povoado de Rio Manso, que veio dar origem à atual cidade de Couto de Magalhães de Minas, surgiu por volta de 1719, junto às lavras de diamantes descobertas pelo paulista Sebastião Leme do Prado. Após 1734, o arraial foi incluído na área do Distrito Diamantino para facilitar a fiscalização do contrabando das pedras. Durante o período colonial, o crescimento do povoado foi contido pela rígida administração da área e pelo monopólio real sobre os diamantes, que impunha limites aos benefícios e lucros da sua extração.

Em 1839, o povoado foi elevado à categoria de distrito de Diamantina. Em 1938, teve sua denominação alterada para Couto de Magalhães e, em 1962, foi desmembrado de Diamantina e rebatizado como Couto de Magalhães de Minas. O nome é uma homenagem ao General José Vieira Couto de Magalhães, político, sertanista, antropólogo, escritor e cientista nascido em Diamantina.

Da época de seu apogeu restaram duas importantes igrejas coloniais: a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e a Capela do Bom Jesus do Matozinhos, ambas tombadas pelo Iepha em 1977.

## | Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição

O atual edifício é anterior a 1779, mas, durante o século XIX, a capela passou por diversas obras, sendo sua fachada principal e sua torre resultantes de uma delas. As características internas são anteriores, sobressaindo-se as pinturas do forro e da capela-mor. O altar-mor e laterais apresentam características do final do século XVIII e princípios do XIX.

No livro de lançamentos de despesas da Matriz referentes ao ano de 1903, hoje recolhido ao Arquivo Arqueiepiscopal de Diamantina, existem diversas anotações de pagamentos por serviços executados e para custeio, sendo registradas vendas de objetos de ouro e prata do patrimônio da igreja.

A pintura do forro é de autoria do guarda-mor José Soares de Araújo. Trata-se de obra da primeira fase do pintor, elaborada nos mesmos padrões da pintura da capela-mor da Igreja do Carmo, de Diamantina. A igreja conserva algumas peças de imaginária do século XVIII, merecendo especial destaque uma Sant'Ana Mestreira, de procedência baiana ou portuguesa.

## | Capela do Bom Jesus do Matozinhos

Não se sabe ao certo a data de sua edificação. Entretanto, ao publicar o livro *Chorographia do Município de Diamantina*, em 1889, J. Augusto Neves informava que o pequeno templo do antigo arraial de Rio Manso, dedicado ao Bom Jesus do Matozinhos, datava de "90 anos, pouco mais ou menos", o que leva a crer que tenha sido construído por volta da última década do século XVIII ou primeira do XIX.

Entre 1821 e 1826, a capela se encontrava entregue regularmente ao culto e ornada "com decência", como registrava o então bispo dom frei José da Santíssima Trindade em seu livro de visitas pastorais.

A edificação apresenta exterior típico das igrejas da Região dos Diamantes: estrutura autônoma aparente em madeira, torre única central e paredes de taipa-de-sebe. Uma pintura singela decora o forro da capela-mor. Os altares laterais são simples, sendo o do Rosário com mais entalhes.

No fim de 1990 e início de 1991, a singela capela passou por obras que compreenderam, entre outros, serviços em sua estrutura e alinhamento da edificação. Nesse período, os trabalhos também incluíram elementos artísticos, tendo sido retirado o forro da capela-mor. Este permaneceu depositado em um galpão próximo à capela à espera de recursos que possibilitassem sua restauração completa, o que ocorreu em 2008, quando o Iepha promoveu sua recuperação total e o remontou em dezembro de 2009.

# Iepha e Escola de Belas Artes firmam convênio de ação conjunta



das obras. A gerente de Elementos Artísticos do Iepha, Ana Panisset, explica que esta frente entrará como um braço do Programa de Restauração de Acervos da instituição, que este ano trabalhará outras 19 peças *(leia mais no box ao lado)*.

No último dia 3 de maio, 21 peças sacras foram encaminhadas ao CECOR para serem restauradas. São 20 imagens e uma tarja de retábulo, vindos de igrejas de Sabará, Couto de Magalhães de Minas, Serro (distritos de Milho Verde e de São Gonçalo do Rio das Pedras) e de Conceição do Mato Dentro. Segundo Ana Panisset, anualmente, serão selecionadas de 15 a 20 obras, dependendo do tamanho das peças e do estado de conservação.

**| Capacitação** – Outra frente de trabalho conjunto, viabilizada pelo termo de cooperação, vai garantir a capacitação do corpo técnico que atua na conservação e restauração do patrimônio mineiro, seja via entidades governamentais ou por empresas privadas. Estão previstos uma série de seminários, palestras, workshops e eventos diversos, envolvendo técnicos do Iepha, acadêmicos da UFMG e profissionais do mercado. Além disso, o convênio também prevê a oferta de oportunidades de estágio supervisionado no Iepha para os alunos da Belas Artes, e o desenvolvimento de diversos projetos de pesquisa e publicações em conjunto.

Foi assinado, no final de abril, um Termo de Cooperação Técnica e Científica, entre o Iepha/MG e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep) – representando a participação da Escola de Belas Artes da UFMG. O objetivo é estabelecer uma agenda de trabalho conjunto entre as instituições, potencializando seus esforços para preservação do patrimônio cultural mineiro. Serão várias frentes de trabalho em cooperação. Uma delas prevê a disponibilização, pelo Iepha, de obras pertencentes ao patrimônio histórico e artístico mineiro a serem restauradas por professores e alunos do curso de graduação em Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis da UFMG. Assim, será possível atender a uma parcela maior da imensa demanda por restauração recebida todos os anos pelo Instituto, que não dispõe de recursos humanos ou financeiros para atendê-la.

A custo zero, as comunidades terão seu patrimônio restaurado com a qualidade garantida pela expertise do CECOR/UFMG, que é centro de referência em todo o país. Além da seleção das peças a serem restauradas, e de seu recolhimento e devolução junto à comunidade de origem, o Iepha se dedicará ao acompanhamento e fiscalização constante de todo trabalho junto a cada uma

Será montado ainda um grupo de pesquisa para discutir os parâmetros de conservação-restauração, baseado em referências internacionais e nas atualmente adotadas pelas duas instituições, buscando unificar os procedimentos. Outra novidade será o lançamento de um laboratório móvel de análises científicas para o diagnóstico do patrimônio mineiro. Fruto de esforço conjunto entre UFMG, Iepha, Iphan e Ministério Público Estadual, a unidade percorrerá as mais diversas regiões do estado avaliando o estado de conservação de bens culturais.

Ana Panisset explica que o grande trunfo do convênio entre Iepha e UFMG é a união de expertises das áreas envolvidas com o patrimônio, unindo a esfera acadêmica e o campo de atuação prática. Para a gerente do ateliê de restauração do Iepha, a intenção principal desta cooperação é a mudança de paradigma em relação aos parâmetros de conservação, buscando-se uma ação mais orientada por procedimentos críticos e científicos. “A motivação deste intercâmbio é exatamente trazermos o conhecimento e a pesquisa acadêmica para o âmbito da aplicação prática. Quem sai ganhando no final, claro, é o patrimônio mineiro”.

# Programa Restauração de Acervos vai recuperar 40 peças em 2012

**A**lém das 21 obras que serão restauradas por meio do convênio assinado entre o Iepha e a Escola de Belas Artes, outras 19 peças sacras também entram em restauro ainda este ano pelo Programa Restauração de Acervos, do Iepha.

A ação, que tem a proposta de recuperar bens de grande significado para as comunidades às quais pertencem, contou este ano com um novo critério para a escolha das peças. Como nos anos anteriores, foram priorizadas aquelas em pior estado de conservação, de acordo com o levantamento feito pelo Inventário do Patrimônio Cultural (Ipac/MG), mas a seleção, desta vez, exigia também que os bens fizessem parte de acervos protegidos pelo Programa Minas para Sempre, o que garante que, uma vez restauradas, as peças sacras voltarão para um local seguro.

Além da preservação material, o Iepha pretende também incentivar e mobilizar as comunidades para um engajamento na conservação de seus acervos e preservação de todas as informações possíveis sobre o bem, a partir do registro documental que será levantado no processo, e que auxilia no entendimento da construção dessas mesmas comunidades.

Cinco imagens da Igreja Matriz de São José – localizada no distrito de São José das Três Ilhas, em Belmiro Braga – serão restauradas com verbas de R\$ 50 mil destinadas pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Difusos de Minas Gerais (Cedif) ao programa. Outras 14 imagens de nove municípios serão recuperadas com investimento de R\$ 350 mil, proveniente do programa estadual Minas Patrimônio Vivo. De acordo com a gerente de Elementos Artísticos do Iepha, Ana Panisset, a duração dos trabalhos vai variar de peça para peça, dependendo do tamanho e do estado de conservação de cada uma.

| **Ateliê Vitrine** – Todo o trabalho acontecerá no modelo de ateliê vitrine, em que a sociedade é convidada a conhecer e acompanhar o passo-a-passo da restauração. Além de visitas guiadas periódicas ao ateliê de restauração – abertas a estudantes, moradores das comunidades de origem da peça, e interessados em geral –, outra forma de acompanhar o trabalho detalhista dos restauradores será por meio de um blog temático criado dentro do site do Iepha. Nele, serão postadas atualizações constantes do andamento do trabalho, com fotos das peças, além de um breve resumo das ações desenvolvidas pela equipe no período.

## Confira, abaixo, a lista completa das 40 peças contempladas pelo Programa de Restauração de Acervos 2012

Restauração de Acervos - Convênio Iepha – EBA/UFMG

Conceição do Mato Dentro (Distrito Santo Antônio do Norte) – Igreja de Santo Antônio

- 1 – Escultura: São Francisco Xavier
- 2 – Escultura: São Benedito
- 3 – Escultura: Santa Efigênia
- 4 – Escultura: São João Batista
- 5 – Escultura: Santa Rita
- 6 – Escultura: Nossa Senhora da Conceição

Serro (Distrito São Gonçalo do Rio das Pedras) – Igreja Matriz de São Gonçalo

- 7 – Escultura: São Francisco de Assis
- 8 – Escultura: Nossa Senhora dos Prazeres
- 9 – Escultura: Santo Antônio de Pádua
- 10 – Escultura: São Sebastião
- 11 – Escultura: São José de Botas

Serro (Distrito Milho Verde) – Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres

- 12 – Escultura: São Gonçalo
- 13 – Escultura: Santana Mestra

Sabará (Distrito Cuiabá) – Capela de Nossa Senhora do Rosário

- 14 – Escultura: Santo Antônio
- 15 – Escultura: Nossa Senhora das Dores
- 16 – Escultura: São Sebastião
- 17 – Escultura: São José de Botas
- 18 – Escultura: Nossa Senhora do Rosário

19 – Escultura: Divino Espírito Santo

20 – Escultura: Sagrado Coração de Jesus

Couto de Magalhães de Minas – Igreja de Bom Jesus do Matozinhos

21 – Obra: Tarja de retábulo (elemento artístico integrado)

Restauração de Acervos – Contratação IEPHA – Verba Minas Patrimônio Vivo

Belo Vale – Fazenda Boa Esperança

- 1 – Senhor dos Passos
- 2 – São Sebastião

Chapada do Norte – Igreja Matriz de Santa Cruz

3 – Santo Antônio de Pádua

Conceição do Mato Dentro (Distrito Santo Antônio do Norte) – Igreja Matriz de Santo Antônio

- 4 – Nossa Senhora do Rosário
- 5 – Nossa Senhora do Carmo

Congonhas do Norte – Igreja Matriz de Sant'Ana

6 – Santana Mestra

Couto de Magalhães de Minas – Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição

7 – São Francisco de Assis

Minas Novas – Igreja Matriz de São Francisco de Assis

8 – São Francisco de Assis

9 – Santana Mestra

Piranga (Distrito Santo Antônio do Pirapetinga) – Igreja de Santo Antônio

10 – São Sebastião

Serro (Milho Verde) – Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres

11 – Nossa Senhora dos Prazeres

Serro (Distrito São Gonçalo do Rio das Pedras) – Igreja Matriz de São Gonçalo

- 12 – São Gonçalo
- 13 – São João Batista

Belmiro Braga (Distrito São José das Três Ilhas) – Igreja Matriz de São José

14 – Santana Mestra

Restauração de Acervos – Contratação IEPHA – Verba CEDIF

Belmiro Braga (Distrito São José das Três Ilhas) – Igreja Matriz de São José

- 1 – Santo Antônio
- 2 – Nossa Senhora (conjunto da Natividade)
- 3 – São José (conjunto da Natividade)
- 4 – Santa Rita
- 5 – Nossa Senhora da Conceição

# Resultado dos grupos de trabalho do Seminário Iepha-Iphan

A partir desta edição, o Bem Informado publica as conclusões dos grupos de trabalho que se reuniram durante a realização do seminário conjunto entre as equipes técnicas do Iepha e do Iphan – Seção Minas Gerais, em julho de 2011. Começamos com o documento final elaborado pelo grupo de trabalho Ações de Conservação Preventiva em Bens Culturais (foto). Confira:

“A diversidade profissional dos técnicos que participaram do grupo de trabalho e o tempo escasso para discussão das questões resultou apenas em apontamentos que poderão ser aprofundados em ocasiões futuras.



Em primeiro lugar, foi colocado que a divulgação da “informação” é essencial para iniciar qualquer ação de conservação preventiva. A parceria dos órgãos de preservação com a comunidade que lida no cotidiano com os bens culturais materiais é fundamental.

As informações básicas sobre os valores dos bens culturais, do conceito de tombamento, das legislações, das ações do Iepha/MG e dos outros órgãos de preservação devem ser melhor divulgadas à sociedade civil como um todo. Afirmou-se que o desconhecimento da lei não é desculpa para o descaso com o patrimônio cultural; no entanto, é papel do Iepha/MG levar às comunidades o conhecimento sobre a importância da preservação e, principalmente, como fazer manutenção dos bens para reduzir a necessidade de obras de restauração de maiores dimensões e complexidades. Neste sentido, a conservação preventiva tem uma interface com a educação patrimonial, tema discutido em outro grupo de trabalho.

Para levar a informação até o público foram sugeridos: seminários internos e externos; disponibilização de cartilhas e outras informações na internet; e, principalmente, educação patrimonial e a publicação de bibliografia especializada.

Foram sugeridas a elaboração e distribuição de diversas cartilhas, entre elas: Cartilha de Orientações e Legislações; Cartilha de Procedimentos de Limpeza do Patrimônio Arquitetônico; Cartilha de Higienização de Bens Integrados e Móveis; Cartilha de Prevenção de Combate a Incêndio e Pânico, etc.

As informações sobre conservação preventiva para os leigos não devem ultrapassar o limite das intervenções técnicas especializadas. Por exemplo: para manutenção de arquivos de papéis, deve-se levar em consideração a higienização, a organização, o acondicionamento e o cuidado para não rasurar o papel. Nas edificações, a manutenção dos telhados, com a troca de telhas quebradas ou deslocadas para evitar goteiras, é um cuidado que pode ser feito pela comunidade. Da mesma maneira, a manutenção da instalação elétrica (troca de lâmpadas) e dos sistema de alarmes (substituição de pilhas) pode ser feito por eletricitas locais orientados pelos profissionais dos órgãos de preservação. Levantou-se, inclusive, a questão de qual produto usar para a prevenção de cupins, uma informação bem interessante para ser divulgada internamente.

Para finalizar, o grupo de trabalho sugeriu que houvesse maior articulação interna, ou seja, interação entre os diversos setores do Iepha/MG. Deveria haver uma maior interação e troca de informações entre as gerências do Iepha/MG, fato esse que resultaria no aprimoramento dos serviços realizados e na economia de tempo para o desenvolvimento dos trabalhos.

Sugeriu-se o compartilhamento de informações por meio de uma parceria institucional entre os diversos órgãos de preservação – Iphan, Iepha/MG, municípios, Ministério Público – e, principalmente, um banco de dados compartilhado entre o Iphan e o Iepha/MG.”